

## **Programa dos Comunistas para o Governo do Estado do Rio de Janeiro**

	Apresentação	2
	Introdução	3
	Desigualdades	4
	Um Programa Anticapitalista	5
1	Poder Popular	6
2	Articulação Política	7
3	Transportes	7
4	Segurança	9
4.1	Sistema prisional e política carcerária	10
5	– Educação	11
6	Habitação	14
6.1	Reforma urbana	15
7	Saúde	19
7.1	Promoção da saúde	21
8	Economia	22
8.1	Diagnóstico	22
8.2	Política emergencial de emprego e renda e combate à fome	22
8.3	Política industrial	23
8.4	Micro e pequenas empresas	23
8.5	Trabalhadores precarizados	24
8.6	Políticas Agrícola e Agrária	24
8.7	Fomento ao desenvolvimento econômico	25
8.8	Política tributária	26
8.9	Funcionalismo público estadual	27
8.9.1	CPI do Rioprevidência	27
8.10	Poder Popular	29
9	Meio Ambiente	29
10	Ciência e tecnologia	31
10.1	– Tecnologia da Informação	32
11	Cultura	32
12	Esportes	34
13	Direitos Humanos - Combate às opressões e preconceitos	35
13.1	– Direitos da Mulher	35
13.2	– Direitos Étnico-Raciais	37
13.3	– Direitos da População LGBT	37
13.4	– Direitos das Pessoas Com Deficiência (PCD)	39

## ***Apresentação***

O presente documento sintetiza semanas de debates programáticos realizados pelos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de seus coletivos do complexo partidário (União da Juventude Comunista, Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro, Coletivo Negro Minervino de Oliveira, Unidade Classista e LGBT Comunista) e com a contribuição de muitos amigos e simpatizantes do Partido.

Apresentamos aqui aos trabalhadores, à população e às demais forças políticas e partidárias do Estado do Rio de Janeiro o resultado deste riquíssimo processo de debate.

Nosso Programa de Governo para o Estado do Rio de Janeiro parte de duas perspectivas muito claras:

- 1) Estamos integral e incondicionalmente ao lado dos trabalhadores, da juventude e dos setores explorados e oprimidos da população fluminense. Nosso programa tem **total compromisso com a vida e nenhum compromisso com os lucros exorbitantes do grande capital**;
- 2) Por isto, apresentamos um Programa **clara e assumidamente anticapitalista**, com um **conjunto de propostas e medidas imediatamente realizáveis**. Não é ainda um programa socialista, mas aponta para a superação do capitalismo.

Nessa perspectiva, o Partido Comunista Brasileiro tem clareza de que tal programa **realizável só poderá ser implementado com a mobilização e organização da classe trabalhadora**, que deve **ser a protagonista do processo político e decisório**. É neste sentido que uma das propostas centrais de nosso Programa é a implantação dos mecanismos do Poder Popular, como os Conselhos Populares regionais e temáticos.

Chamamos toda a população trabalhadora fluminense, a juventude e a todos aqueles que lutam pela justiça social a se somarem à nossa caminhada por um Governo Estadual Comunista, um governo claramente de esquerda, da, com e para a classe trabalhadora.

**OUSAR LUTAR, OUSAR VENCER!**

**Eduardo Serra**

Candidato a Governador do RJ

**Bianca Novaes**

Candidata a Vice-Governadora do RJ

## ***Introdução***

As eleições de 2022 realizam-se em uma conjuntura fortemente marcada pela grave crise social – de desemprego, miséria, fome, falta de serviços públicos, violência e outros fatores – gerada pelo padrão de desenvolvimento capitalista do Brasil e agravada pelos efeitos da pandemia da Covid-19. Temos um quadro político onde o governo Bolsonaro, mesmo tendo perdido muitos apoios, segue agindo para gerar crises políticas e institucionais que põem em risco as liberdades democráticas duramente conquistadas no passado recente para tentar se fortalecer junto às suas bases sociais mais radicalizadas, com destaque para grupos fascistas e ultraconservadores, e se manter vivo na disputa eleitoral.

No Estado do Rio de Janeiro, onde há dois ex-governadores presos por corrupção ativa – Sérgio Cabral e Pezão – e um recém cassado – Witzel – o governo Cláudio Castro atende aos interesses dos grandes empresários e é aliado de Bolsonaro em suas principais políticas.

O quadro é de elevado desemprego, crescente miséria, extrema precariedade dos transportes públicos, total falta de planejamento urbano voltado para as camadas de mais baixa renda, insuficiência e deterioração de escolas públicas de ensino médio e dos sistemas estaduais de saúde pública e assistência social.

O Estado do Rio de Janeiro sofre com as consequências do desenvolvimento capitalista, das políticas liberais dos últimos governos, do desmonte dos serviços públicos e do controle do Estado por interesses privados. O caso da saúde caracteriza bem esse quadro: a privatização do sistema, com a criação das Organizações Sociais – OS – levou a uma enorme precarização das condições de trabalho no setor, falta de insumos e desvios de verbas públicas para grupos privados.

Controlado por grupos privados, o sistema de transportes é caro e ineficiente. A pressão política dos donos de empresas de ônibus é um dos fatores que impede a expansão dos transportes sobre trilhos e aquaviário, modais muito mais eficientes. Na capital operam cerca de 36 empresas de ônibus, que, na maioria dos casos, dividem as linhas em duopólio ou mesmo monopólio, o que permite o descumprimento de horários, a insuficiência das frotas e toda sorte de desrespeito aos cidadãos, o mesmo podendo ser dito do serviço de BRT. Na maioria dos municípios do Estado o quadro não difere da capital. O transporte intermunicipal rodoviário ou é precário ou é caro. A SuperVia privatizada presta um péssimo serviço à população.

O vírus Covid-19 escancarou a insuficiência e ineficiência dos serviços privados de saúde, ressaltando a importância da saúde pública e da ciência, deixando clara a falta de seguridade social, as péssimas condições de vida de milhões de trabalhadores e famílias que moram em áreas desprovidas de saneamento básico e outros equipamentos públicos. A pandemia evidenciou a falência das políticas liberais.

O desvio de recursos destinados à compra de equipamentos e medicamentos, associado à displicência dos governos em relação à pandemia e ao desrespeito às orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), geraram milhares de mortes que poderiam ter sido evitadas.

### ***Desigualdades***

O Estado do Rio de Janeiro segue o padrão do Brasil e apresenta fortes desigualdades entre as classes sociais, entre as regiões, como capital e Baixada Fluminense, entre a capital e várias regiões do interior, e entre e em meio aos bairros nas cidades. Essa desigualdade se manifesta, principalmente, na ocupação das áreas urbanas, na diferença entre os serviços fornecido à população nas esferas pública e privada e na participação dos cidadãos nos processos decisórios.

Como os empregos se situam, em sua maior parte, no centro das cidades e nos bairros de classe média, a população mais pobre é forçada a longos tempos de deslocamento para o trabalho, em condições precárias e com alto custo de transporte. A alternativa encontrada pelos trabalhadores, principalmente os informais e de mais baixa renda, é a busca da moradia em favelas e bairros populares, na proximidade do centro e das áreas nobres das cidades.

Essas são áreas, em geral, desprovidas de infraestrutura e, em muitos casos, sujeitas a alagamentos imensos e a riscos de desabamento, no caso da ocupação de encostas. Muitas não dispõem de calçamento de ruas, galerias pluviais, saneamento básico, iluminação pública, entre outros equipamentos. Serviços como postos de saúde e aparelhos culturais são escassos ou inexistentes nessas áreas.

Portanto, temos três principais tipos de desigualdade: além da desigualdade de renda, há a de acesso à infraestrutura urbana – moradia, água, saneamento básico, calçamento e iluminação pública e outros – aos serviços sociais como saúde, transporte, educação, segurança e outros; e também a desigualdade na democracia, na falta de acesso à participação direta da população no processo de tomada de decisões políticas sobre sua vida e seus direitos.

O segundo tipo de desigualdade que se manifesta no Estado é a diferença entre os que podem pagar por serviços privados e os que dependem dos serviços públicos, que, por conta da privatização e do abandono consciente por parte dos governos, se encontram, no geral, em estado precário. Assim acontece com a rede de saúde, com os transportes, com boa parte da rede escolar e com os espaços culturais.

O terceiro tipo de desigualdade diz respeito ao acesso às instâncias decisórias, à discussão dos temas políticos e ao exercício do poder. O sistema eleitoral vigente, dominado pelos interesses privados, faz com que o Governo do RJ seja representante dos interesses capitalistas, e que a ALERJ tenha baixa representação das camadas populares e dos trabalhadores organizados. Prevalecem os interesses corporativos privados, como o dos donos das empresas de ônibus, das clínicas, do grande comércio, dos bancos e das construtoras que ditam os rumos do mercado imobiliário. Há também uma presença significativa de deputados que se elegem com compra de votos e apoio de organizações criminosas.

Essas três desigualdades são ainda entrecortadas pelo racismo, pelo machismo e pela LGBTfobia: negros, mulheres trabalhadoras e a população LGBT têm ainda mais dificuldades de acesso a oportunidades de renda, a alternativas dignas de moradia e serviços públicos e de participação nas decisões políticas. A combinação perversa de racismo e machismo no Brasil se reflete de forma veemente no mercado de trabalho. Uma pesquisa realizada pelo movimento Potências Negras revela que 63% das mulheres negras já foram discriminadas em processos seletivos para vagas de emprego e 62% disseram se sentir discriminadas mais de uma vez nessas situações.

Nesse contexto, há pouco acesso, para a maioria da população, ao debate sobre temas de interesse para os trabalhadores, como as leis de combate à homofobia, ao racismo, as leis de proteção à mulher, as propostas de geração de emprego e renda, de programas para a oferta de moradia popular, de urbanização de favelas, de políticas de segurança, direitos humanos, entre outras.

### ***Um Programa Anticapitalista***

Entendemos que as causas profundas dessa situação, de toda essa desigualdade, estão no fato de que o desenvolvimento capitalista se dá em favor dos proprietários das grandes empresas, dos bancos, do agronegócio, das empresas de transporte, de saúde, de construção civil, de educação e de outros setores que afetam a população de forma direta.

Para a superação desse quadro apresentamos um programa de corte anticapitalista que propõe um processo de desenvolvimento construído em conjunto com os trabalhadores e voltado para os seus interesses.

## **1 Poder Popular**

Um governo comunista deve promover a mais ampla mobilização da população para a participação política, para debater seus problemas e para lutar, em conjunto, pelo atendimento de suas necessidades. São muito limitados e escassos os mecanismos existentes de acompanhamento do debate político na estrutura formal da democracia, como na Assembleia Legislativa, assim como as estruturas de participação direta da população.

O Poder Popular no governo comunista do RJ começa pela promoção do Orçamento Participativo, um instrumento que, até hoje, tem sido aplicado de forma muito limitada.

Os mecanismos de mobilização e politização da população incluem a criação de Conselhos Regionais, por bairros, cidades e regiões do Estado, e Conselhos Temáticos, no âmbito estadual, sobre transportes, educação, saúde, segurança e outras áreas de interesse direto da população.

Os Conselhos serão compostos de entidades representativas da sociedade, como sindicatos e associações de moradores, e também por representantes eleitos diretamente, como ocorre no caso dos conselhos tutelares.

Inicialmente, os conselhos terão caráter entre consultivo e deliberativo, devendo transitar para a condição integralmente deliberativa.

Em cada bairro, distrito ou município será discutida a aplicação das verbas disponíveis, cabendo aos moradores a apresentação de propostas e a definição das prioridades de sua aplicação.

Vemos de forma muito crítica a implantação dos chamados “Conselhões” nos governos anteriores, inclusive os progressistas, com participação consultiva de representantes de entidades populares e empresariais, numa tentativa dos governos à época de institucionalizar a concertação social e trazer para espaços institucionais a solução negociada de conflitos que estão no cerne da contradição estrutural do capitalismo. Defendemos que o governo comunista, apoiado nos Conselhos Populares, enfrentará os interesses privados na defesa dos interesses da maioria da população trabalhadora.

A Assembleia Legislativa deverá utilizar plenamente as audiências públicas e outras instâncias de participação e prover a abertura da tribuna para entidades, para a crítica, fiscalização e acompanhamento das ações do governo e para o encaminhamento, para debate e aprovação, das propostas advindas dos Conselhos Populares, com a mediação do Executivo.

Aos povos indígenas, populações tradicionais e quilombolas existentes no estado ficará assegurado de modo integral o processo de consulta livre, prévia, informada e de boa – fé, nos termos dos tratados e convenções<sup>1</sup> internacionais que tratam do assunto, toda vez que intervenções como obras, construções, empreendimentos etc, se fizerem necessários em seus territórios, garantindo o poder público o pleno exercício desse direito.

## **2 Articulação Política**

Para evitar a dispersão de recursos públicos, o governo do Estado deve atuar, articulado diretamente com o Poder Popular, em conjunto com as prefeituras, para estabelecer políticas comuns para as macrorregiões do Estado, como a região metropolitana do Rio de Janeiro, que integra os municípios da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo.

O governo estadual deverá mobilizar a população para exigir os recursos necessários para o desenvolvimento junto ao governo federal e também para encaminhar as mudanças necessárias de políticas públicas nacionais, como na reforma tributária e outras.

## **3 Transportes**

O quadro atual de desmonte do setor ferroviário, que hoje transporta apenas cerca de 30% de sua capacidade e opera em condições extremamente precárias, a reduzida escala de oferta de transporte aquaviário, como na ligação Rio-Niterói, a limitada extensão das linhas de metrô e de VLT, as tarifas elevadas e a insuficiência do transporte por ônibus devem-se ao seu caráter privado. Os empresários dos ônibus não querem a expansão das barcas, do metrô e dos VLTs e se mobilizam politicamente para impedir que isso aconteça. Operam apenas nas linhas e horários mais lucrativos, superexploram seus trabalhadores, não realizam a manutenção correta dos veículos e preferem vender ônibus para outros estados do que colocá-los a serviço da população.

---

<sup>1</sup> Em especial a Convenção 169 da OIT.

Propomos a estatização completa do transporte público, começando pela encampação do BRT e a criação de empresas públicas de transporte rodoviário para a região metropolitana e para as macrorregiões. Sendo públicas, essas empresas poderão prover a imediata redução das tarifas – pois não haverá mais o lucro –, a expansão da frota, a oferta de mais linhas, de horário noturno e das gratuidades. A médio prazo, será oferecida a tarifa zero, com bilhetagem com cartão, pela alteração da matriz tributária e do reforço da arrecadação com a criação de outras taxas.

Será operada a integração total do sistema com a redução imediata da tarifa única (que será gratuita a médio prazo). A integração será intermodal, com a implantação de linhas tronco e linhas de abastecimento, a ligação com o transporte alternativo, como a bicicleta, e com outros modos.

Será promovido o transporte alternativo e serão criadas condições para o andar a pé, em distâncias curtas.

As estradas estaduais serão reestatizadas, com a imediata redução dos pedágios, na perspectiva da eliminação de sua cobrança no transporte coletivo e no transporte de carga e convergindo para tarifa de pedágio zero com a reconfiguração do sistema tributário para o financiamento da manutenção das vias.

Será promovida a expansão dos transportes sobre trilhos – metrô, VLTs, trens – e aquaviário, com as barcas, por sua maior eficiência e seu melhor desempenho ambiental. A SuperVia será reestatizada. O transporte ferroviário será ampliado, voltando a cobrir todo o Estado do RJ. O metrô também será ampliado, passando a ser organizado na lógica de rede (diversas linhas que se cruzam, abrangendo toda a Região Metropolitana e Baixada).

A integração dos transportes se dará também no plano intermunicipal, com a expansão do modo aquaviário – ligações entre Rio, Niterói, São Gonçalo e Baixada), e ferroviário.

Será aperfeiçoada a segurança dos profissionais e dos usuários em todo o sistema.

Serão contratados mais profissionais e as categorias profissionais do setor de transportes serão valorizadas, com projeto de plano de carreira digno e remuneração justa, participando as entidades dos trabalhadores do setor de transportes do controle popular do sistema.

Os transportes funcionarão sob controle popular, exercido pelos conselhos, e estarão integrados ao planejamento urbano, para o provimento de vias adequadas, como



a arborização para as ciclovias, as calçadas – ecológicas – para o andar a pé, os meios para a garantia da acessibilidade, como rampas e sinalização para pessoas com deficiências.

#### 4 Segurança

Vivemos um quadro de extrema violência e presença generalizada de organizações criminosas organizadas em nosso estado, em que os mais pobres – principalmente os jovens negros em geral e os moradores das regiões faveladas e periferias – são tratados pelas polícias com extrema violência e absoluto desrespeito, considerados suspeitos a priori. Nas abordagens de rua e blitz, o policiamento ostensivo trata com truculenta discriminação os negros e negras, vítimas preferenciais da violência policial.

A polícia no Estado do Rio – em especial (mas não exclusivamente) a Polícia Militar, que faz policiamento ostensivo e operações especiais em comunidades – trata a população de forma completamente diferente, dependendo do local de moradia, classe social e cor da pele. Nos bairros nobres, a polícia age para “servir e proteger” a burguesia e a alta classe média; nos bairros populares e nas áreas populares dos bairros nobres, a polícia atua para intimidar, reprimir e **matar**, especialmente a juventude negra. A chamada “guerra às drogas” nada mais é do que um biombo para uma verdadeira **guerra aos pobres**: morre muito mais gente por causa do combate violento às drogas do que pelo uso de drogas.

Os comunistas têm clareza de que a causa profunda da violência que assola o Brasil e o Estado do Rio é a imensa desigualdade social, atravessada pelo racismo estrutural. Entretanto, o governo do PCB, além de todas as medidas de combate à desigualdade, mudará também de forma profunda a política de segurança.

A política de segurança do governo dos comunistas deverá ser voltada para todos de forma igualitária, sem qualquer desigualdade no tratamento da população, qualquer que seja a faixa de renda, a idade ou a cor da pele. A prioridade da política de segurança dos comunistas será a defesa da vida, ao contrário de hoje. Atualmente há muito maior preocupação com a defesa da propriedade privada dos ricos.

As ações incluirão, de forma concatenada com outras políticas, como as de habitação, emprego e de educação, o combate à desigualdade e a presença do Estado em todas as áreas, com infraestrutura e serviços públicos de qualidade.

Temos clareza de que implantar uma política de segurança focada na defesa da vida é frontalmente contraditório com o caráter burguês do Estado e com o próprio capitalismo, no qual a vida é mais uma mercadoria e a vida dos trabalhadores, dos pobres

e dos negros é entendida pelo capitalismo como de menor valor. Também na política de segurança assumimos que nossas propostas têm um claro viés anticapitalista.

Na nova política de segurança, as polícias não atuarão apenas em defesa da propriedade privada e a favor dos ricos. O nosso conceito de segurança terá, como prioridade, a prevenção da violência e do crime e a educação, tendo, como grandes eixos, a proteção à população e ao patrimônio, o vigoroso combate ao crime, em todas as suas formas e organizações, rigorosamente dentro da lei, e o controle popular sobre as instituições de segurança com os Conselhos Populares.

Serão extintas as duas polícias atuais e serão criadas duas novas instituições policiais: uma polícia civil judiciária cidadã, de caráter investigativo, e uma guarda civil para o patrulhamento ostensivo, uniformizada e armada porém desmilitarizada, ambas subordinadas a uma única Secretaria de Segurança Pública. Os atuais policiais civis e militares serão requalificados, reorientados e conduzidos às novas instituições, passando a contar com planos de carreira e salários dignos. Será criada uma nova Academia de Polícia para a formação dos novos policiais e requalificação dos reaproveitados, com ênfase na defesa da vida e dos direitos humanos e na atividade de inteligência investigativa. Nenhum policial com ligação com milícias, grupos de extermínio e quaisquer formas de crime organizado será mantido na nova polícia.

Fará parte da política de segurança a legalização escalonada de drogas, em articulação nacional para a mudança da legislação, com o apoio de instituições científicas e sob rigoroso controle de fabricação e comercialização, acompanhada de políticas de prevenção e desincentivo ao uso de drogas e tratamento dos dependentes.

O governo implantará uma política pública de direito à memória, acolhimento e suporte aos familiares das vítimas do Estado, projeto que deverá ser construído em conjunto com os movimentos de mães, movimentos de favela e demais frentes populares. Será apoiada e estimulada a construção de memoriais aos jovens assassinados pelo Estado; o governo irá impulsionar o diálogo com movimentos que já desenvolvem projetos nesse sentido.

#### ***4.1 Sistema prisional e política carcerária***

A gestão do sistema prisional estadual é operada pelo DESIPE (Departamento do Sistema Penitenciário). Trata-se de uma corporação também estadual, responsável pela gestão dos presídios do Estado do RJ, cujos agentes penitenciários são como uma "polícia" encarregada de manter a ordem e a segurança dentro das prisões, e que reproduz todos os vícios das atuais corporações policiais.

Atualmente existem mais de 56 mil presos<sup>2</sup> no Rio de Janeiro, cujos direitos são sistematicamente negados, a começar pelo direito a trabalhar para a remição de sua pena, quer dizer, para acelerar o cumprimento da pena. Para a imensa maioria da população carcerária, o cumprimento da pena é uma sucessão de humilhações, privações, violações de direitos constitucionais e legais e ameaça à própria vida.

Merece especial destaque a população carcerária de mulheres. Mulheres de presídios e centros de correção são vítimas constantes de abusos e violências de todo tipo, além dos graves problemas de saúde e higiene, pobreza menstrual e violações de toda ordem dos direitos das apenadas grávidas.

O sistema prisional será profundamente modificado. O atual DESIPE será extinto e substituído por uma corporação prisional civil pública, com foco na recuperação e ressocialização dos detentos. A mudança radical na política prisional do Estado se completa com a expansão e reforço da Defensoria Pública. Será apontada a prioridade para a aplicação de mais penas de não reclusão, negando e superando a atual política carcerária de encarceramento em massa de pobres e negros. Será criada uma melhor estrutura de assessoria jurídica gratuita. Para os casos em que a reclusão for necessária, será implantado sistema de educação para os internos.

Serão integralmente garantidos os direitos legais e humanos da população privada de liberdade, tais como o direito à segurança física, direito ao trabalho para remição da pena e ressocialização e os direitos da mulher apenada.

## **5 – Educação**

O governo do Estado é responsável pela oferta de ensino médio público. A rede de escolas estaduais, com 1231<sup>3</sup> unidades, representa pouco mais da metade do total de unidades de ensino médio no Estado, sendo o restante composto de escolas privadas.

São pouco mais de 700.000 matrículas e cerca de 44.000 professores. Em números totais, as matrículas são inferiores ao contingente de jovens na idade correspondente, e há significativa evasão. Ou seja, grande parte dos jovens não completa o ensino médio no Estado.

Recentemente, entrou em vigor uma reforma do ensino médio que reduziu as cargas horárias das disciplinas de formação geral, humanista. Há pouca oferta de ensino médio

---

<sup>2</sup> Segundo dados do CNJ, 56.372 privados de liberdade, sendo que mais da metade destes (29.498) são **presos provisórios**, (ou seja, ainda sem nenhuma condenação criminal) e do restante quase metade (13.028) em **execução provisória** (já condenados, mas ainda com possibilidade de recurso).

<sup>3</sup> <https://www.seeduc.rj.gov.br/mais/seeduc-em-n%C3%BAmeros>

noturno e de escolas profissionalizantes: a Rede Faetec atende apenas a cerca de 50 mil alunos por ano em 122 unidades de ensino, que somam a oferta no Ensino Técnico de Nível Médio, na Formação Inicial e Continuada / Qualificação Profissional e na Educação Superior.

Os salários dos profissionais de educação são baixos. Os professores do Estado recebem salários mais baixos do que os professores municipais da Capital e dos maiores municípios do Estado. Tal disparidade também se verifica nas demais categorias dos profissionais de educação: pessoal administrativo, merendeiras, inspetores escolares, auxiliares, etc. Os trabalhadores das áreas de apoio administrativo da SEEDUC, além de salários baixos, ainda convivem com a disseminação das terceirizações e de cargos preenchidos a partir de indicações políticas (os famigerados “janeleiros”), o que só torna mais deficiente o suporte aos profissionais de educação.

De um modo geral, as escolas de ensino médio funcionam em condições precárias. As unidades administrativas de atendimento aos profissionais de educação também operam em condições de extrema precariedade.

No ensino superior, o Estado dispõe de 2 universidades: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj –, e a Universidade Estadual do Norte Fluminense – Uenf. Recentemente, a Universidade Estadual da Zona Oeste – Uezo – foi incorporada à Uerj. A Uerj dispõe de campi fora da capital – São Gonçalo, Volta Redonda e Caxias. As duas instituições têm passado por dificuldades financeiras, com redução e descontinuidade dos repasses orçamentários.

O programa da candidatura comunista ao Governo do Estado do Rio de Janeiro propõe uma forte ênfase na política de Educação. A política para o Ensino Médio se desenvolverá nos seguintes eixos: valorização dos profissionais de Educação, com melhoria das condições de trabalho, planos de carreira atualizados e salário mínimo do DIEESE como piso; expansão do Ensino Médio público para a universalidade; recuperação dos prédios e instalações e informatização das escolas; e reversão da reforma do ensino médio.

Além de reverter a reforma do ensino médio, o governo estadual promoverá uma reformulação do currículo deste ciclo de ensino, por meio de um processo de construção coletiva, envolvendo como protagonistas os trabalhadores da educação, comunidades escolares e universidades, na perspectiva de um ensino de formação integral, humanista e multidisciplinar com gestão democrática das escolas, o que o PCB denomina de Escola Popular.

Como ações complementares, propomos a recuperação das bibliotecas existentes e a expansão e aparelhamento da rede de bibliotecas públicas. Serão criados centros interescolares de esportes e de línguas, e será fortalecida e expandida a rede de ensino técnico – Faetec. Será criado um centro de produção audiovisual. Em conjunto com a área de comunicação, será criada uma empresa pública de comunicações, com editora, rádio, TV Educativa e internet, que atuará em apoio à área de Educação.

Será expandida a oferta de ensino médio noturno, com apoio aos municípios.

A contratação de mais profissionais de educação visará também a redução da relação professor/aluno, com meta de número máximo de 25 alunos por turma. Para atingir esta meta, haverá também forte investimento na infraestrutura da rede estadual de ensino, com recuperação e ampliação da rede de unidades.

Serão providos os meios para a garantia de alimentação saudável aos estudantes crianças e adolescentes. A alimentação escolar será melhorada e ampliada. O governo estadual celebrará convênio com as prefeituras para garantia do suprimento de alimentos às escolas municipais do ensino fundamental, por meio da política de compras públicas direto dos produtores da agricultura familiar, e para a garantia de contratação de profissionais de nutrição para elaboração dos cardápios e monitoramento do preparo destas refeições.

Será promovida a articulação entre as Secretarias Estaduais de Educação e de Saúde para a promoção de saúde nas escolas, com acompanhamento dos alunos promoção da saúde nas escolas, incluindo-se a saúde bucal. Será aprimorado o acompanhamento psicológico nas escolas estaduais.

Nas universidades estaduais, o orçamento incluirá a previsão de garantia de bolsas e demais mecanismos de assistência estudantil, inclusive alimentação, com a melhoria e expansão dos bandejões e dos alojamentos estudantis. Como medida urgente inicial, será garantido o passe estudantil com validade no transporte intermunicipal e intermodal.

Serão criados programas de combate à evasão – com oferta de bolsas de estudos e acompanhamento pedagógico. Será provido todo o apoio ao CEDERJ, com reforço ao trabalho de coleta e análise de dados e elaboração de relatórios e pesquisas.

No ensino superior, apoiaremos as universidades estaduais, com a garantia dos repasses orçamentários e o provimento de concursos para técnicos e docentes. Trabalharemos para a consolidação, expansão e melhoria da UENF e da UERJ, apontando para a universalidade do acesso à educação superior, na perspectiva da Universidade Popular.

As atuais universidades estaduais serão expandidas com a abertura de novos campi nas demais regiões do Estado do RJ, oferecimento de mais e novos cursos, inclusive abertura de cursos na área de saúde (medicina, enfermagem, etc) na UENF e a construção de um hospital universitário naquela Universidade. As universidades privadas que vierem a falir serão encampadas pelo Estado e também utilizadas como instrumentos da expansão do ensino superior público.

Em todo o sistema universitário público, será fortalecida a plena integração entre ensino, pesquisa e extensão, para a devida resposta às reais demandas da sociedade.

Será garantida em todo o sistema educacional a plena gestão democrática das unidades.

As universidades estaduais serão estimuladas a intensificar sua interlocução com as demais universidades públicas federais situadas no Estado, buscando incrementar atividades de pesquisa, extensão e outras de interesse da população e da academia.

## **6 Habitação**

O quadro geral da habitação no Estado do Rio de Janeiro mostra uma grande concentração da população na região metropolitana da capital e um déficit significativo de moradias para as camadas de baixa renda da população. Na capital e nas principais cidades, é grande o número de moradias construídas de forma precária e em locais insalubres e de risco, como margens de rios, de canais e encostas, muitas vezes sem as devidas condições de estabilidade.

Levantamento do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) mostra que existem 925 mil pessoas no estado nessa situação. A maior concentração é na Região Metropolitana, onde há 796 mil moradores em áreas de risco. Na capital do estado o número é ainda mais expressivo: são mais de 475 mil nessas áreas.

Essas moradias, por não serem legalizadas, não recebem água encanada, não têm saneamento básico e as chamadas comunidades não têm, ou dispõem de forma muito precarizada, calçamento, iluminação e outros elementos de infraestrutura urbana.

Há também uma grande quantidade de moradias precárias, mesmo em áreas não de risco. Segundo pesquisa da FAU- USP, a população que vive com menos de três salários mínimos “corresponde a uma faixa de renda que hoje ocupa 75% do déficit habitacional brasileiro e não está atendida pelo programa habitacional principal do governo federal

que é o Casa Verde e Amarela. A única coisa que está sendo proposta para essa faixa de renda é a regularização fundiária e não habitação digna com direito à cidade".

Essa concentração e essas condições de moradia são explicadas pela busca de emprego e serviços públicos como saúde e educação de pessoas de outras regiões do país, com destaque para as regiões Norte e Nordeste, e os locais onde a maior parte das moradias é construída são, em geral, próximos aos centros urbanos, onde há mais chances de se conseguir emprego, vagas nas escolas públicas e atendimento de saúde.

Ao mesmo tempo, há um grande número de imóveis fechados, guardados como reserva de valor e para fins especulativos. Apenas na Capital, o Censo 2000 contabilizava quase 320.000 domicílios não ocupados.<sup>4</sup> O desenvolvimento da habitação se dá, basicamente, por investimentos privados que se guiam pela especulação imobiliária e se voltam para as camadas de renda média alta e alta.

Para piorar ainda mais o quadro social do Estado, constatamos o crescimento da população em situação de rua. Um levantamento da Defensoria Pública da Capital estima que sejam pelo menos 15 mil pessoas nas ruas na cidade do Rio de Janeiro. De outro lado, a Prefeitura do Rio conta com 63 abrigos, que só têm 2,3 mil vagas. Resultado da equação: menos de 15% do total desta população teria condição de ficar nesses espaços municipais da Capital do Estado. O quadro na Região Metropolitana é similar.

### **6.1 Reforma urbana**

A plataforma da Reforma Urbana envolve a produção da cidade e dos serviços urbanos com o objetivo de garantir condições de vida digna às pessoas que produzem e vivem nas cidades. Não é difícil perceber que tal compreensão da produção da vida urbana é incompatível com a mercantilização da terra e dos bens e serviços necessários à reprodução da vida humana, uma vez que ao mercantilizar estamos definindo limites ao acesso e, portanto, excluindo uma parcela significativa da população que não pode pagar por eles.

Sabemos que os horizontes da sociedade capitalista são demasiadamente estreitos e são incapazes de garantir a universalização desses direitos, pois é de sua natureza a mercantilização de todos os meios necessários à reprodução da vida. Tal fato fica

---

<sup>4</sup> Estes domicílios podem ser do tipo fechados, de uso ocasional ou vagos. Segundo o IBGE, domicílios fechados são conceituados como domicílios particulares permanentes cujos moradores estavam ausentes por ocasião do período da coleta, ou seja uma ausência temporária; os de uso ocasional são aqueles que servem ocasionalmente de moradia (casas de campo, de fim-de-semana, férias etc.); e os domicílios vagos são as unidades habitacionais que se encontravam efetivamente desocupadas na data de referência do Censo Demográfico.

evidente quando olhamos para as grandes cidades brasileiras e encontramos mais imóveis vazios do que pessoa sem casa, além de muitas famílias trabalhadoras em casas em condições precárias e sem acesso ao saneamento básico e outros equipamentos públicos.

A realidade do Rio de Janeiro não é diferente do quadro geral que apontamos acima. Os dados do IBGE acerca de famílias vivendo nos chamados “domicílios em aglomerados subnormais” (favelas e terrenos irregulares não urbanizados) aponta que em 2019 aproximadamente 12,63% dos domicílios do Estado do Rio, correspondendo a 748 mil domicílios no Estado, enquadravam-se nesta classificação.

Na Capital, mesmo considerando os Complexos da Maré<sup>5</sup> e do Alemão como bairros populares urbanizados (pois é assim que são classificados na Prefeitura do Rio) é flagrante e absurda a disparidade da qualidade de vida nos bairros da classe trabalhadora em relação aos bairros majoritariamente de classe média e da burguesia – ainda mais considerando que estamos falando da segunda cidade mais rica do país, com um PIB anual de cerca de R\$321 bilhões em 2019. Segundo o portal WikiRio, na comparação do IDH dos bairros do município do Rio de Janeiro, enquanto Gávea, Leblon, Ipanema e Lagoa ostentam Índices de Desenvolvimento Humano em torno de 0,96 (o máximo é 1) comparáveis a países como Noruega e Suíça, temos no extremo oposto Maré, Alemão, Acari e Costa Barros com IDHs inferiores a 0,72 – parâmetro de países como Paraguai e Suriname. Os municípios mais pobres do interior do Estado do RJ têm situação similar: enquanto o IDH de Niterói em 2021 chegou a 0,886 (equivalente ao da Grécia) o IDH de Queimados é 0,680.

### ***Objetivos gerais da política de Reforma Urbana:***

- considerar a moradia como um direito fundamental do cidadão;
- universalização do acesso à terra, à moradia e aos serviços públicos como direito de todos e todas;
- universalização do acesso e reversão da privatização dos serviços urbanos básicos: saneamento, água, luz, gás, pavimentação de ruas, equipamentos urbanos;
- implementar um plano ordenado de expansão da cidade e melhoria das condições gerais da vida urbana concatenado com a expansão da infraestrutura urbana, discutido amplamente com o conjunto da sociedade;

---

<sup>5</sup> A Maré é originária de um quilombo, e seu baixo IDH também reflete o racismo estrutural que se manifesta também na disparidade habitacional e de qualidade de vida.



- modernizar as condições de habitação na cidade, com a disponibilização das modernas tecnologias de construção e manutenção predial, de serviços básicos, de aparelhos urbanos e de acesso a informações sobre a cidade para a população.

Um instrumento fundamental para uma Política Popular de Reforma Urbana, visando atender às necessidades da classe trabalhadora, é a elaboração de um Plano Diretor Popular em cada município. O Governo Estadual comunista irá articular a elaboração de Planos Diretores Municipais voltados ao atendimento das necessidades da população trabalhadora e estimulará que os Conselhos Populares tenham participação decisiva na elaboração e implementação desse Planos Diretores.

Propomos um programa extensivo de moradias populares em áreas adequadas, com infraestrutura e integração de transportes, para a construção de cento e cinquenta mil unidades ao longo do mandato, atendendo, assim, a mais de seiscentas mil pessoas, que terão direito ao uso e ao usufruto de seu imóvel, sem direito de revenda. Tais imóveis, assim como aqueles imóveis reformados para uso, serão cedidos por meio das CDRU<sup>6</sup> Coletivas, por prazo de 100 anos renováveis.

Para a realização dessa meta, serão criados a Companhia Estadual de Habitação e o Banco Estadual de Habitação, instituições públicas voltadas para o financiamento e a execução das obras, sob controle do Poder Popular. Serão oferecidos financiamentos para imóveis de classes média e alta a preços de mercado, como forma auxiliar de financiamento para as moradias populares. Será criado um programa de investimento e financiamento para obras de recuperação e garantia de habitabilidade de imóveis abandonados e / ou desocupados para fins de criação de moradias populares.

Atendendo ao objetivo de desmercantilização da moradia, a construção e/ou adequação de moradias destinadas à habitação popular serão custeadas majoritariamente por recursos orçamentários públicos a fundo perdido, de acordo com os ditames da “PEC da Moradia Digna” (PEC 285/2008).

O governo estadual comunista se esforçará para articular nacionalmente a reconstrução do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social.

Será implementado ainda um programa de construção em grande escala de unidades habitacionais em áreas livres com financiamento para compra ou cessão pelo

---

<sup>6</sup> Concessão de Direito Real de Uso -

Estado apenas para o uso, com controle da comunidade, utilizando conceito de habitação popular que contemple espaço, equipamento básico e durabilidade.

Haverá apoio aos municípios para a regularização e legalização da posse das moradias situadas em áreas faveladas e bairros populares, para a devida ligação das moradias aos sistemas de fornecimento de água encanada e saneamento e a implantação de infraestrutura urbana, como iluminação, calçamento e outros. O governo promoverá um grande mutirão de regularização fundiária garantindo o título de posse ao povo trabalhador e combatendo a especulação imobiliária. Será garantido, assim, o direito ao endereço – CEP – para todos.

Os programas de urbanização de áreas populares e favelas serão discutidos e realizados em conjunto com os seus moradores.

O governo estimulará a instituição de escritórios de Engenharia e Arquitetura sociais, para apoio à população de baixa renda.

Em áreas de risco, não passíveis de urbanização, serão oferecidas moradias em locais com toda a infraestrutura para a transferência dos moradores em acordo com a comunidade, respeitando o direito à vizinhança e garantido o transporte de qualidade, do novo local de moradia até o local de trabalho dos moradores. Prédios públicos fora de uso serão reformados e destinados para os programas de moradia popular.

Emergencialmente, abrigos públicos serão construídos diretamente pelo governo do Estado, e será dado apoio às prefeituras para a construção de novas unidades e para a expansão do serviço atual para atendimento digno à população em situação de rua.

O governo estadual coordenará a implantação do IPTU progressivo, a ser cobrado dessa forma a partir do quarto imóvel pertencente ao mesmo proprietário. Serão taxados os imóveis e habitações fechadas, e aqueles imóveis que permanecerem desocupados por mais de dois anos serão desapropriados para aproveitamento em programas de habitação popular, em ação conjunta com as prefeituras. Tais desapropriações serão promovidas sem ônus financeiro para o Estado, por meio da política de “laudo zero”, que constata o descumprimento do princípio constitucional da função social da propriedade do imóvel urbano.

Será implantado também IPTU progressivo para as áreas das cidades que possuam maior infraestrutura urbana, com redução do IPTU para áreas de risco ou com infraestrutura precária, assim como para imóveis com uso social e para áreas a serem dinamizadas.

Como a legislação do IPTU é federal e a competência para cobrança deste tributo é dos municípios, o Governo Estadual dos comunistas irá articular nacionalmente a alteração da legislação, permitindo progressividade com alíquota máxima superior a 15% e por quantidade de imóveis, e irá coordenar os municípios para a implantação dessa política em todo o Estado.

O Governo Estadual impulsionará o engajamento das universidades e dos institutos de pesquisa na implementação deste plano de ação para a reforma urbana, através do redirecionamento de ações de ensino, pesquisa e extensão, articulando temáticas sociais ao planejamento e desenvolvimento urbano.

O governo irá fazer valer efetivamente o Estatuto das Cidades e os seus mecanismos de combate à especulação imobiliária e de controle coletivo do uso e ocupação do solo urbano, inclusive utilizando-se de tais instrumentos para derrotar as máfias do transporte público, as milícias, que promovem um verdadeiro assalto às terras públicas e monopolizam nos territórios sob seus domínios a oferta de moradia popular e os serviços urbanos.

## **7 Saúde**

Em relação ao acesso aos serviços públicos de saúde, verificamos que no Estado do Rio de Janeiro convivem os sistemas públicos municipais, com hospitais e rede ambulatorial, o sistema estadual e a rede federal, com hospitais e institutos especializados, e o sistema privado, com redes ambulatorial e hospitalar. Na rede de saúde estadual, temos: 33 hospitais<sup>7</sup> e 29 UPAs<sup>8</sup> estaduais, a imensa maioria dessas unidades situada na capital e região metropolitana. Assim, manifesta-se mais uma vez a desigualdade gritante em nosso Estado: enquanto a capital e a região metropolitana possuem uma grande rede de unidades de saúde estaduais e municipais e hospitais federais situados no município do Rio de Janeiro, os municípios do interior, cujas prefeituras contam com menos recursos financeiros, são também os mais desassistidos pela rede estadual de saúde.

---

<sup>5</sup> Getúlio Vargas, Santa Maria, Anchieta, Carlos Chagas, Melchiades Calazans, Eduardo Rabello, Instituto do Cérebro, IECAC (cardiologia), HU Pedro Ernesto, Policlínica Piquet Carneiro (UERJ), Hospital Estadual da Criança, Ary Parreiras, Azevedo Lima, Heloneida Studart, HE da Mãe de Mesquita, Centro Psiquiátrico do RJ, Adão Pereira Nunes, Alberto Torres, HE dos Lagos N Sra Nazaré, IEDE (diabetes e endocrinologia), IASERJ, Roberto Chabo, João Batista Caffaro, HETODL (ortopedia e traumatologia), HEMORIO, IEISS (infecologia), São Francisco de Assis, CENTRA-RIO (adictos), IEDS (dermatologia), IETAP (doenças do tórax), Tavares Macedo, Gélvio Alves Faria, NESM (saúde mental).

<sup>8</sup> Campos, Caxias I, Caxias II, Itaboraí, Magé, Mesquita, Niterói, Nova Iguaçu I, Nova Iguaçu II, Queimados, Bangu, Botafogo, Campo Grande I, Campo Grande II, Maré, Copacabana, Engenho Novo, Ilha, Irajá, Mal Hermes, Penha, Realengo, Ricardo de Albuquerque, Santa Cruz, Jacarepaguá, Tijuca, São Gonçalo I, São Gonçalo II, São Pedro da Aldeia.

A política de saúde para o Estado prevê o apoio à expansão, reforço e melhoria do Sistema Público de Saúde para a universalidade do atendimento, com um sistema de saúde hierarquizado e descentralizado, com plena integração com os sistemas municipais e federal.

O governo atuará na perspectiva do SUS 100% estatal, de qualidade e sob controle da classe trabalhadora. A gestão e execução do SUS devem ser realizadas pela Administração Direta.

Trabalharemos para a integração do sistema estadual com os sistemas municipais e federal, com centrais de atendimento e logística. Será garantida a presença da rede estadual no conjunto das regiões do Estado. Serão promovidas as ações integradas de Saúde, com atividades de promoção da saúde e de prevenção de doenças, acesso à água, saneamento, alimentação e outras.

Serão extintos todos os contratos com as OS e OSCIP<sup>9</sup>, com a reestatização total da gestão das unidades de saúde e contratação direta dos profissionais de saúde através de concursos públicos.<sup>10</sup>

Será realizado o cadastramento de doentes crônicos para atendimento e fornecimento de medicamentos. O governo fortalecerá as ações regulatórias sobre o mercado farmacêutico e, paralelamente, estimulará a produção pública desses insumos.

O governo promoverá a valorização dos profissionais de saúde, com aumento real dos salários e planos de carreira adequados.

Para a recomposição do quadro de profissionais de saúde e sua expansão, o governo realizará concursos públicos. O governo implantará na rede estadual de saúde e apoiará nas redes municipais a implantação de programa de fortalecimento da formação profissional dos trabalhadores do SUS, em articulação com a Escola Técnica do SUS estadual e com as universidades estaduais.

O governo estadual apoiará e incentivará a rede de atenção psicossocial e o processo de substituição da lógica manicomial por uma rede psicossocial de caráter comunitário. O objetivo da governança comunista no setor de saúde mental será efetivar em todos os municípios do Estado a reforma antimanicomial da assistência à saúde

---

<sup>9</sup> OS (organizações sociais) e OSCIP (organizações da sociedade civil de interesse público) são instituições privadas, formalmente sem fins lucrativos mas que na prática atuam como empresas, que assumiram a gestão de muitas unidades públicas de saúde.

<sup>10</sup> Para viabilizar esta mudança, defendemos em nível nacional a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal e do teto de gastos (EC 95).

mental. A política de redução de danos será o norteador teórico e político para a questão sanitária ligada ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

O governo estimulará a implantação de uma rede pública de saúde bucal.

O governo estadual, em conjunto com as prefeituras, implantará programas especiais de acesso à saúde para comunidades tradicionais e povos indígenas existentes nas diversas regiões do Estado.

### **7.1 *Promoção da saúde***

O governo trabalhará na perspectiva das ações integradas de saúde, visando a prevenção de doenças e a promoção da saúde.

O governo estadual comunista promoverá a ampliação dos investimentos da rede de laboratórios e hemocentros estaduais para garantir qualidade e agilidade no atendimento aos usuários do SUS.

Serão fortalecidos o financiamento e as ações da formação técnica em saúde para o SUS através da valorização da Escola Técnica Estadual do SUS.

O governo estadual implantará programa de enfrentamento à disseminação das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), com destaque para a AIDS/HIV, por meio de campanhas educativas de estímulo ao uso de preservativos, articuladas com as formas cientificamente comprovadas de usos da PrEP (profilaxia pré-exposição) e da PEP (profilaxia pós-exposição) e demais formas de prevenção às ISTs.

O governo estimulará a atuação das CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – nas empresas e instituições públicas e privadas, incentivando que as CIPAs estimulem o debate no ambiente de trabalho acerca da prevenção não só de acidentes, mas do adoecimento no trabalho de qualquer origem ou natureza, na perspectiva da promoção da saúde do trabalhador.

Serão fortalecidas as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, com o combate à comercialização de alimentos impróprios para consumo e a erradicação de vetores de epidemias, com especial atenção à prevenção da dengue e chicungunha pelo combate intransigente à proliferação do mosquito *Aedes* e da prevenção de epidemias de síndrome respiratória aguda por meio de campanhas de orientação e esclarecimento à população.

O governo estadual comunista fará campanhas de esclarecimento de estímulo à alimentação saudável e ao aleitamento materno.

Serão criados e implementados os Conselhos Populares de Saúde, por bairros e municípios, e um Conselho Popular Estadual.

## **8 Economia**

### ***8.1 Diagnóstico***

A economia do Estado do RJ depende essencialmente do setor extrativista mineral – petróleo e gás, principalmente – e de serviços, com destaque para os serviços financeiros (especialmente não bancários, como seguros) e serviços do segmento de comércio (formal e informal). No setor industrial, tem destaque a cadeia produtiva de petróleo e gás e a grande siderurgia (CSN e CSA). A indústria naval tem tradição no Estado, mas encontra-se numa situação de subutilização.

Temos ainda no Estado polos de indústria de vestuário, metal-mecânico e moveleiro. Há um polo automobilístico em Resende, com utilização intensiva de tecnologia e robotização. Temos ainda outros segmentos industriais em pequena escala.

A agropecuária fluminense, especialmente aquela voltada para a produção de gêneros alimentícios essenciais para a classe trabalhadora, encontra-se em forte crise. Uma pesquisa encomendada pelo Conselho de Agronegócio da Firjan aponta que a produção de alimentos no Rio caiu um terço nos últimos 19 anos, enquanto a média nacional se manteve estável no período.

Uma das razões para esse quadro é a expressiva concentração fundiária no Estado: os micro e pequenos produtores detêm mais de 60% dos estabelecimentos agrários porém menos de 6% da área, sendo responsáveis por 50% da produção de alimentos no Estado. Historicamente, os micro e pequenos produtores rurais no Estado do RJ sempre estiveram às margens das políticas agrícolas necessárias ao aumento da produção.

O estudo mencionado confirma essa realidade quanto constata que a estimativa de consumo anual de ovos, em 2020, no Estado do RJ foi de mais de 4 bilhões de unidades, e de leite, 2,8 bilhões de litros; entretanto, a produção fluminense foi de apenas 5,4% e 15,4% desse consumo, respectivamente – ou seja: o Estado do RJ tornou-se um “importador de alimentos básicos” de outras regiões do país.

### ***8.2 Política emergencial de emprego e renda e combate à fome***

A situação de miséria agravada pela política dos seguidos governos ultraliberais, especialmente no governo Bolsonaro, impõe ao governo estadual comunista a adoção de medidas emergenciais de combate à fome, à miséria e ao desemprego. Assim, nos primeiros meses de mandato o governo impulsionará programas emergenciais de

alimentação popular, como distribuição de cestas básicas e acelerada implantação de mais restaurantes populares, além da reabertura e ampliação dos atualmente fechados, devendo o governo suprir essas instituições mediante a aquisição de grãos, verduras e legumes diretamente do produtor.

O governo estadual implantará programa de garantia de renda mínima, complementar aos programas federal e dos municípios, como parte da seguridade social.

Para o combate imediato ao elevado índice de desemprego, criaremos frentes de trabalho urbanas e rurais voltadas para ações como reparo e construção de escolas, postos de saúde e moradias populares e construção de restaurantes populares, com contratos e garantias trabalhistas e apoio à saúde e à educação dos trabalhadores.

### **8.3 *Política industrial***

A retomada do vigor industrial fluminense depende de uma política industrial nacional. É fato que as consequências econômicas da Operação Lava Jato para o Rio de Janeiro foram desastrosas: destruiu-se a política de compras nacionais da Petrobras (o que quase inviabilizou a indústria naval fluminense) e desmontou-se boa parte da cadeia produtiva de petróleo e gás.

Serão retomadas as políticas de apoio à indústria fluminense, com política de compras do Estado, financiamento via banco público estadual e outras. O projeto de desenvolvimento industrial do governo é voltado para a integração das diferentes regiões do Estado, visando combater a desigualdade regional interna do RJ e propiciar oferta de emprego, renda e desenvolvimento econômico para todas as regiões do Estado, respeitando as características e vocações das diversas regiões.

O governo estimulará a recuperação das indústrias tradicionais do Estado como construção civil, naval, metalúrgica e outras, com financiamento, política de compras e outros instrumentos de política econômica. Da mesma forma, o governo dará incentivo às indústrias de confecções, moveleira e outras que têm presença tradicional no Rio de Janeiro.

O governo estadual dará também incentivo à constituição e fortalecimento de polos de cinema e vídeo, TI e outras áreas de ponta tecnológica.

### **8.4 *Micro e pequenas empresas***

O governo prestará apoio a micro e pequenas empresas industriais, comerciais e agrícolas, com crédito preferencial, política de compras do Estado, fornecimento de infraestrutura e outros mecanismos de apoio, inclusive técnico.

### **8.5 Trabalhadores precarizados**

Os trabalhadores do setor informal receberão apoio e garantias, como a legalização de sua atividade, reconhecimento dos seus direitos e acesso a facilidades de crédito, benefícios e inclusão no sistema de seguridade social.

### **8.6 Políticas Agrícola e Agrária**

O governo implementará Programa Estadual de Reforma Agrária, com direito de uso e usufruto sem direito de revenda da terra e estímulo à criação de cooperativas.

O governo também prestará apoio à agroindústria associada a pequenos produtores, cooperativas e agricultores familiares, bem como apoio à agricultura em terras quilombolas, com financiamento de equipamentos, apoio técnico com agronomia, tecnologia de testagem e controle biológico de pragas, armazenagem, escoamento, política de compras públicas e outros mecanismos. Na política de compras públicas, os restaurantes populares adquirirão os insumos alimentares preferencialmente dos pequenos produtores, diretamente, sem intermediários.

Será também prestado apoio à criação de hortas comunitárias em parceria com as prefeituras, para garantia da segurança alimentar e nutricional das populações locais.

O governo facilitará o acesso dos produtores agrícolas aos mercados, com o incentivo à formação de cinturões verdes no entorno das áreas urbanas. O governo atuará fortemente na eliminação de intermediários.

Será prestado todo o apoio aos assentamentos do MST.

O governo construirá Centros Territoriais de Abastecimento e Distribuição Alimentar (CTADA) gerenciados por Conselhos/ Comitês Populares de bairro, com o objetivo de planejar o abastecimento popular de alimentos para as classes trabalhadoras, na perspectiva da agroecologia, do combate à fome e na luta pela soberania alimentar. Através dos Centros, o governo criará nas várias regiões do Estado pólos de circulação e escoamento massivo de alimentos produzidos pelos movimentos sociais organizados e outros agricultores familiares, estimulando a produção e a transição de base agroecológica realizadas em hortas urbanas de médio porte, assentamentos de reforma agrária, movimentos sociais organizados do campo e, com isso, possibilitando ampliar o consumo, a circulação e distribuição da comida agroecológica.

O governo realizará concursos públicos e disponibilizará assistência técnica popular para fomento da capacidade produtiva de alimentos, considerando a diversidade das experiências econômicas existentes e possíveis no Rio de Janeiro, como feiras livres,



agroindústrias urbanas de beneficiamento e processamento de alimentos, hortas comunitárias, entre outras.

Será oferecida a disciplina de técnicas agrícolas nas escolas estaduais, especialmente nas áreas que apresentem vocação para produção alimentar, vinculando a educação com a formação orientada ao processo produtivo do território, bem como oferecidos cursos técnicos que capacitem para a atuação nos Centros territoriais.

O governo estimulará a recuperação de frigoríficos, centrais de abastecimento ou fábricas que possam ser utilizados para estocagem, beneficiamento, distribuição e armazenamento de comida.

Os espaços dos Centros de Distribuição serão também utilizados para estimular discussões e formação política, na perspectiva do Poder Popular, estimulando a construção de estratégias populares de economia e trabalho, baseadas em cooperação e solidariedade.

O governo estimulará a implementação de cooperativas de produção, geridas pela classe trabalhadora associada, aumentando o emprego e a geração de renda da juventude e das mulheres, assim como também estimulará a formação de brigadas de atuação direta de combate à fome e no horizonte da soberania alimentar, ajudando a revitalização de territórios, criação de hortas urbanas, cozinhas comunitárias, distribuição de alimentos.

### **8.7 Fomento ao desenvolvimento econômico**

O governo comunista do Estado do Rio de Janeiro retomará o papel central do planejamento econômico estatal, rompendo frontalmente com a lógica neoliberal de deixar a direção da economia na mão do “mercado”. Assim, serão implantados programas estatais de incentivo ao desenvolvimento econômico voltado para a melhoria das condições de vida da população trabalhadora.

Para viabilizar programas de financiamento ao desenvolvimento econômico fluminense, será criado um Banco Estadual de Desenvolvimento, que incorporará e ampliará as atividades e operações da AgeRio. Será também recriado um banco público estadual de atendimento à população, nos moldes do extinto/privatizado Banerj.

## **8.8 Política tributária**

A espinha dorsal da estrutura tributária brasileira foi construída na reforma tributária de 1966, no início da ditadura militar, concebida pelos economistas liberais Octávio Gouveia de Bulhões e Roberto Campos.

Essa estrutura tributária é extremamente regressiva, priorizando os impostos indiretos, que incidem sobre a produção e circulação de bens e serviços – especialmente os impostos estaduais.

A partir do acordo da rolagem da dívida pública mobiliária dos estados e municípios celebrado em 1996, os entes federados passaram a dever à União. Esta dívida tornou-se eterna e impagável, representando um garrote fiscal da União contra estados e municípios. O PCB defende um novo pacto federativo, com a anistia e extinção da dívida de estados e municípios.

Especificamente acerca do recém aprovado Regime de Recuperação Fiscal do Estado do RJ, o PCB entende que tal acordo se insere na mesma lógica perversa de garrote fiscal da União sobre os entes federados e tem origem na mesma dívida impagável acima mencionada. Como propomos a extinção da dívida dos estados e municípios com a União, consequentemente defendemos a anulação do acordo do Regime de Recuperação Fiscal.

Além da extinção da dívida dos estados e municípios com a União, o PCB defende uma reforma tributária radical que desonere o consumo e os salários e taxe pesadamente os lucros, dividendos, altas rendas e grandes fortunas.

Entendemos que hoje a principal fonte de recursos financeiros para os estados é o ICMS, imposto altamente regressivo. Entretanto, condenamos frontalmente a medida demagógica de redução do ICMS dos combustíveis sem compensação adequada aos estados, o que comprometerá gravemente o investimento dos entes federados, particularmente na educação pública. Além disso, é importante salientar que o Estado do RJ levou uma “pernada” na legislação do ICMS sobre petróleo, pois este imposto passou a ser cobrado no destino, o que prejudica a arrecadação dos estados produtores de petróleo como o RJ.

Entretanto, independentemente da necessidade de reforma tributária, o que se constata é que a política de finanças do Estado do RJ, especialmente nos governos Cabral e Pezão, baseou-se em operações financeiras de antecipação dos royalties do petróleo. O PCB entende que tal receita deve ser destinada a um fundo de financiamento do desenvolvimento econômico e social sustentável, fundo este a ser administrado pelo Banco Estadual de Desenvolvimento que propomos que seja criado. Consideramos

irresponsável a política financeira aplicada pelos governos passados de utilizar empréstimos com base em receitas futuras para custear despesas correntes.

### **8.9 Funcionalismo público estadual**

O governo reverterá as terceirizações em todo o serviço público estadual, com realização de concursos públicos para servidores administrativos, para profissionais saúde, para professores de todos os níveis e todos os demais cargos e atribuições do serviço público hoje ocupados por trabalhadores terceirizados.

Os servidores públicos estaduais serão valorizados, com estabelecimento de planos de carreira estimulantes à atividade do servidor. O piso salarial do serviço público estadual será o salário mínimo do DIEESE.

Será solucionada em definitivo a questão da previdência do servidor público estadual.

#### **8.9.1 CPI do Rioprevidência**

A questão da previdência do funcionalismo público estadual do RJ é um verdadeiro escândalo, em que se misturam gestão irresponsável, falcaturas e liberalismo.

O Rioprevidência foi criado em 1999. Os servidores ativos e inativos do estado que antes tinham suas aposentadorias e pensões pagas pelo Tesouro e IPERJ, dentre outros, foram transferidos para a nova autarquia, que passou a constituir um fundo que deveria buscar um equilíbrio financeiro e atuarial. Nesta transferência já foi criado um desequilíbrio estrutural do Rioprevidência, já que foram realocados servidores sem transferir também a receita necessária para garantir suas aposentadorias.

Embora o fluxo de entrada e saída de recursos de caixa fosse razoavelmente estável nos primeiros anos de existência da autarquia, o Rioprevidência nunca conseguiu formar uma reserva sólida que pudesse, em momentos de crise e de queda de arrecadação, ficar protegida de oscilações. Isso porque o governo estadual, especialmente a partir dos mandatos Cabral e Pezão, executou uma política de retirada de recursos da autarquia: quando o Rioprevidência obtinha superávit financeiro este era revertido para o tesouro estadual. Apenas com alguns desses processos de oneração do RioPrevidência, o TCE-RJ estima que foram desviadas do RioPrevidência receitas que giram em torno de R\$ 15 bilhões.

Em 2012, o governo Cabral utilizou-se dos problemas financeiros do Rioprevidência (que o próprio governo provocou) para implantar uma reforma na autarquia, a qual só agravou o problema financeiro. A partir da reforma, o Rioprevidência apresentou

sucessivos déficits financeiros, e o déficit atuarial explodiu, passando de R\$36,4 bilhões em 2012 para R\$116,3 bilhões em 2014.

Essa nova crise financeira foi o pretexto perfeito para que o governo desenvolvesse operações de antecipação de royalties de petróleo. Segundo a CPI do Rioprevidência, este processo de oneração do Fundo, promovido pelo governo do Estado, foi proposital e tinha por objetivo induzir a realização das operações de crédito de 2013 e 2014 realizadas no paraíso fiscal Delaware, nos Estados Unidos, com a Rio Oil Finance Trust<sup>11</sup>, onde os empréstimos tinham suas taxas atreladas à flutuação dos preços do barril de petróleo. A CPI do Rioprevidência encontrou provas de que os gestores da época perseguiram esta operação no mercado externo desde 2011.

Os contratos eram extremamente lesivos ao Rioprevidência, pois possuíam cláusulas de proteção para os investidores que adquiriram os títulos dos royalties de petróleo. Quando o preço do petróleo despencou ao final de 2014, as receitas de royalties e participações especiais caíram abruptamente, ficando abaixo de um limite de segurança estipulado nos contratos. Assim, o Rioprevidência entrou em default técnico (quebra contratual) em 2015.

Como penalidade pela quebra contratual, os juros foram aumentados em 3%, e foi imposta ao Rioprevidência a aceleração do fluxo de pagamentos, ficando retidos além do pactuado, 60% da receita de royalties do Rioprevidência.

Com o desastroso resultado dessas operações e com crescentes problemas financeiros no Rioprevidência, a “solução” tem sido criminalizar os servidores. Em 2017, no âmbito do pacote de maldades de Pezão, foi aprovada lei que aumenta a contribuição previdenciária.

O PCB tem clareza de que é preciso romper com a lógica de privatização e financeirização da previdência do funcionalismo estadual e retomar a ideia de uma previdência social e solidária, um pacto entre gerações de proteção social, como é a Previdência pública.

---

<sup>11</sup> Os títulos emitidos pela Rio Oil Finance Trust — uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) com sede em Delaware, nos Estados Unidos — são garantidas pelos fluxos de royalties devidos por concessionárias de exploração de petróleo, operadas, em sua maioria, pela Petrobras, ao governo do Estado do Rio de Janeiro, que cedeu 100% destes fluxos ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro — Rioprevidência. Para o propósito desta transação, o RP vendeu seus direitos à Rio Oil Finance Trust.

### **8.10 Poder Popular**

No governo do PCB, o planejamento econômico e social será debatido com a sociedade nos órgãos do Poder Popular, os quais terão também o papel de acompanhamento e fiscalização da execução destas políticas.

## **9 Meio Ambiente**

O Estado do Rio de Janeiro sofre o processo de degradação ambiental, tanto no que diz respeito aos biomas existentes – Mata Atlântica, restingas, manguezais e outros – quanto no que se refere aos elementos da vida urbana: poluição do ar, por conta principalmente das emissões veiculares e industriais, e das águas, por conta dos despejos de efluentes líquidos poluentes das indústrias, de lixo e esgoto in natura. As cidades consomem energia e nelas está concentrado o consumo, a construção civil e outras ações que contribuem para a deterioração ambiental.

A política ambiental deve se concentrar no combate à contaminação dos solos, à poluição do ar e das águas, buscar o uso racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis e na preservação e recuperação dos sistemas naturais. A política ambiental deve se articular com as políticas industrial, de energia, de ciência e tecnologia, de educação, agropecuária, urbana e outras.

Propomos o fortalecimento da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e do INEA, com a articulação de suas ações, estudos, formulação e implementação de políticas, geração de padrões e fiscalização com as demais secretarias correlacionadas.

Para a redução das emissões de gases poluentes apoiaremos as ações para a melhoria dos processos produtivos industriais, o aprimoramento dos padrões de controle e o reforço da fiscalização das condições de operação de veículos automotivos – motos, carros, caminhões, ônibus – e a expansão dos modos de transporte aquaviário – barcas –, sobre trilhos – metrô, VLT e trens – e alternativo – bicicletas e a pé, por exemplo. Será promovido o combate ao desmatamento no Estado e implementados programas de reflorestamento.

Serão realizados investimentos visando a expansão dos sistemas de coleta e processamento de resíduos sólidos, com o fim dos “lixões” e o aumento das ações de reciclagem de materiais, reaproveitamento de material orgânico para a produção de adubo e geração de energia (com a queima do metano).

Será promovida a produção agrícola em pequena propriedade em regime orgânico e agroflorestal. Serão criados e apoiados programas de geração de energia de fontes solar, eólica e por biodigestores.

Serão realizados programas de proteção e recomposição de biomas e sistemas naturais. Será reforçado o sistema de comitês de bacias e outras formas de gestão ambiental participativa. Será priorizada a atenção ao sistema do rio Paraíba do Sul, com a recuperação de matas ciliares, redução de lançamentos de lixo, esgoto e efluentes industriais.

Será implementado um programa de recuperação da baía de Guanabara, em uma ação conjunta com as secretarias e órgão relacionados. Uma das ações prioritárias nesse programa será a recuperação ambiental do sistema Guandu e outros sistemas fluviais que desaguam na baía.

Será promovida a recuperação de manguezais, restingas e outros sistemas naturais, com programas específicos.

Serão criados programas de estímulo a ações de coleta e reciclagem de materiais e de remanufatura de produtos e equipamentos. Serão adotadas medidas voltadas para a restrição crescente à produção e ao consumo de produtos descartáveis de plástico.

Faremos gestões para o aumento da taxaço sobre emissões e outros fatores geradores de danos ambientais.

Serão criados programas para a expansão da arborização das cidades, com os distritos de emissão zero, combate às zonas de calor urbanas, telhados verdes e laterais de prédios com cobertura vegetal. Serão criados incentivos para a construção de calçadas ambientáveis.

Será promovida a expansão das ações de construção de redes de saneamento básico e fornecimento de água encanada em todas as regiões do Estado. A CEDAE será reestatizada.

As universidades estaduais serão estimuladas a engajarem-se com vigor na questão ambiental, com a inclusão deste tema nos currículos de graduação, nas atividades de pesquisa com destaque para as ações interdisciplinares, e nas ações de extensão preferencialmente integradas com outras áreas e de grande porte.

Será criado o Conselho Popular de Meio Ambiente, incluindo os quilombolas e indígenas na sua participação, bem como os segmentos sindicais das empresas e órgãos ligados à questão ambiental.

## 10 Ciência e tecnologia

O Rio de Janeiro dispõe de duas universidades estaduais, Uerj e Uenf, e de quatro universidades federais, UFRJ, UFF, UFRRJ e UNIRIO, além dos Institutos Federais. Há diversas universidades e faculdades isoladas privadas e instituições de pesquisa importantes, como a Fiocruz e institutos especializados. A Faperj, agência pública, é a principal fonte de fomento à pesquisa no Estado.

Nos últimos anos, as universidades estaduais vêm sofrendo uma crise de financiamento, o que quase levou ao fechamento da Uerj e inviabilizou a UEZO, que, após um período de extrema dificuldade, foi absorvida pela UERJ. A Faperj vem passando, igualmente, por extrema dificuldade, com o não recebimento integral de sua dotação orçamentária.

Serão garantidos os repasses orçamentários integrais às universidades estaduais e à Faperj.

Serão estimulados os polos e parques tecnológicos junto às universidades. No mesmo sentido, serão estimuladas as parcerias público-públicas entre as instituições de ensino superior e de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias, insumos e produtos de interesse social.

As universidades e instituições de pesquisa serão contratadas diretamente pelo governo do Estado para a realização de estudos e apresentação de propostas de solução para a resolução de problemas e para a elaboração de diagnósticos e propostas para a sua solução. Desenvolvimento urbano, habitação, saúde, educação, meio ambiente e transportes são algumas das áreas a serem priorizadas.

Será estimulada, com apoios diversos e financiamento, a vocação do Rio de Janeiro para empreendimentos de alta tecnologia, como os polos de vídeo e TI, de indústrias de mecânica de precisão, biotecnologia, novos materiais e outras áreas.

Será promovida a criação de um polo de alta tecnologia na região serrana, com o apoio às empresas existentes – turbinas de aviação, equipamentos óticos e outras – e a criação de uma universidade tecnológica.

Será impulsionado o fomento às pesquisas em ciências humanas/sociais, retirando o debate acerca de ciência e tecnologia exclusivamente das chamadas ciências exatas (p.ex., pesquisas historiográficas, geográficas, sociológicas e antropológicas acerca da realidade do Estado do Rio de Janeiro).

### **10.1 – Tecnologia da Informação**

Serão implantadas medidas para lidar com soberania de dados e combate a espionagem digital.

Será criada uma empresa estatal de TI no Estado do RJ.

Será implantada a utilização de softwares de código aberto em todo o serviço público, com a empresa estatal de TI auditando esses softwares e validando a integridade e segurança dos dados.

Será construída uma infraestrutura pública para segurança de dados e economia de serviços. Será implantada uma rede pública de wifi gratuita por todo o Estado do RJ. A empresa estatal de TI desenvolverá aplicativos públicos gratuitos para competir com os sistemas que precarizam o trabalhador (Uber, IFood, etc.)

Não serão utilizados servidores internacionais para guardar dados sensíveis do governo.

## **11 Cultura**

Atualmente no Estado do Rio de Janeiro, assim como em todo o país, o entendimento do que é cultura segue a lógica neoliberal ditada por empresas que, em troca de isenções fiscais, plataformas de publicidade etc, investem em seus próprios interesses e pautam a programação cultural e artística do Estado do Rio de Janeiro, deixando de lado a pluralidade da cultura popular brasileira. O PCB propõe alterar essa lógica de mercantilização da cultura com participação popular, protagonismo dos produtores culturais e apoio estatal à atividade cultural.

Será criada uma Secretaria Estadual de Cultura, com o desmembramento da atual Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Rio – SECEC-RJ.

Será apoiada a criação de Distritos Culturais em todos os bairros, regiões e cidades do estado, para a garantia de oferta mínima de infraestrutura cultural – cinemas, teatros, salas de dança e outras instalações – para todos. O governo estimulará a transformação de armazéns e prédios públicos desativados e outras construções do gênero em centros culturais. Os distritos serão geridos por um conselho gestor eleito na comunidade, com amplos poderes, associados a políticas públicas de fomento. Esses distritos culturais serão providos com dotação orçamentária e autonomia, sendo as decisões de aplicação e priorização dos recursos de alçada do Conselho Popular do Distrito Cultural.

O governo proporcionará a construção de produções culturais de uso público, como por exemplo estúdios de produção de vídeo, estúdios audiovisuais, gráficas, etc.



Serão ampliados os programas atuais e criados novos programas de Preservação, Recuperação e Valorização de patrimônio histórico e cultural tangível e intangível / imaterial.

Será realizado um Programa de promoção e incentivo para novos autores e grupos artísticos e culturais, como por exemplo a criação de um prêmio literário tendo o vencedor garantia da impressão e distribuição de parte dos exemplares em todas as bibliotecas e escolas estaduais e municipais.

O governo oferecerá cursos de formação de profissionais da cultura nas Faetecs, com por exemplo iluminação teatral, figuração, cenografia, produção cultural.

Será retomada a gestão estatal de equipamentos culturais. Serão reforçados os programas atuais e criados novos programas de criação, expansão e recuperação / reequipamento de Museus, Bibliotecas públicas e outros equipamentos artístico / culturais. Será apoiada a recuperação e criação de cinematecas, em conjunto com as prefeituras. O governo apoiará a criação e expansão de museus interativos.

O governo proporcionará o uso dos equipamentos urbanos existentes (ex: escolas, parques, praças, etc) como instrumentos de política cultural. O governo estadual, em articulação com as prefeituras, apoiará e impulsionará as lonas culturais.

O governo fomentará a produção de livros e a abertura de livrarias de rua, de bairro e/ou de distrito. Será incentivada a criação de mercados populares para a venda de livros e outros produtos culturais.

O governo criará programas de incentivo e acesso ao público, levando artistas e grupos dos mais diversos gêneros de música, dança e artes plásticas à população para além de locais centrais, mas também nas periferias.

Por meio da Secretaria Estadual de Cultura, serão realizados festivais de música, dança, artes plásticas, artes cênicas e outras manifestações culturais para a promoção da cultura latinoamericana, caribenha e africana.

O governo promoverá o incentivo estatal para as vocações históricas da cultura fluminense (como no caso da música: samba, funk, jongo etc). Serão garantidos pelo Estado espaços e plataformas para as expressões culturais desses grupos, com avaliação através de pesquisa do que tem surgido nos bairros e favelas, suprimindo qualquer possibilidade de violência estatal aos bailes funks, rodas de samba, etc.

O governo promoverá incentivo à pesquisa sobre história da cultura do estado, especialmente sua conexão com as matrizes africanas e indígenas.

O governo estimulará a criação e apoiará emissoras de TV e rádio comunitárias, estaduais, voltadas para a divulgação da cultura.

Em conjunto com as prefeituras, o governo estadual trabalhará para resgatar o acervo histórico (mapas, documentos, livros esgotados, prédios, etc.) do Estado e das cidades, para o enriquecimento da memória coletiva e um melhor entendimento de nossa história sob o ponto de vista das classes populares.

## **12 Esportes**

Seguindo a mesma lógica mercantilizada imposta a todas as atividades públicas no Rio de Janeiro, o esporte no Estado teve a maior parte de sua estrutura pública privatizada. Os estádios de futebol do Maracanã (Mario Filho), Engenhão (Nilton Santos) e o estádio poliesportivo Maracanãzinho (Gilberto Cardoso) foram arrendados. O Estádio de Atletismo Celio de Barros – equipamento público fundamental para a prática e desenvolvimento do esporte amador – encontra-se permanentemente fechado e corre o risco de ser demolido.

O PCB entende que a prática esportiva permanente deve ser encarada como um direito de toda a população trabalhadora. Neste sentido, o governo estadual dará todo o apoio e incentivo ao esporte amador, articulando a prática esportiva com a educação e a promoção da saúde.

Os equipamentos públicos de esporte que foram arrendados – Maracanã, Maracanãzinho e Engenhão – serão reestatizados, voltando a ser administrados diretamente pela SUDERJ. O Estádio Célio de Barros será reaberto e revitalizado. As ligas, Federações e Confederações de esporte profissional pagarão aluguel pelo uso do Maracanã, Engenhão e Maracanãzinho; o governo cederá tais instalações para a prática do esporte amador, articulando convênios com as ligas e instituições destas modalidades esportivas.

O Complexo Esportivo Caio Martins de Niterói, o Complexo Esportivo da Rocinha e a Vila Olímpica do Sampaio, que continuaram sob a gestão da SUDERJ, serão modernizados e valorizados como espaços públicos de incentivo à prática desportiva amadora. As demais instalações de responsabilidade das prefeituras serão também valorizadas e apoiadas, por meio de convênios com o Governo Estadual.

O governo estadual incentivará a prática do esporte na capital e nas cidades do interior, por meio de convênios com as prefeituras, clubes esportivos e escolas municipais. Em todo o Estado, os clubes serão instados a celebrar convênios com as escolas públicas para a cessão de seus equipamentos esportivos (quadras, piscinas,

campos de futebol e outros) às escolas em determinados horários, para o estímulo e impulso à prática desportiva na infância e adolescência.

### **13 Direitos Humanos - Combate às opressões e preconceitos**

Sabemos que as opressões de gênero, raça e orientação sexual têm como causa fundamental a própria exploração capitalista, que gera desigualdade e pobreza extremas. O governo comunista do RJ utilizará todos os instrumentos do Estado e da mobilização popular, inclusive por meio dos Conselhos Populares, para enfrentar essas opressões.

Será dado todo apoio às entidades que atuam na defesa dos direitos da mulher e aos programas de educação voltados para o combate ao machismo, racismo e Lgbtfobia. A grade curricular das escolas estaduais e universidades públicas garantirá uma educação antirracista, que aborde questões de gênero e da população LGBT e combata o preconceito e a discriminação.

#### **13.1 – Direitos da Mulher**

Será garantida a expansão da rede de Delegacias da Mulher, de todos os equipamentos de rede de acolhimento e entidades que atuam na defesa dos direitos das mulheres.

Especificamente em relação às Delegacias da Mulher e dos abrigos para mulheres em situação de violência, será implantado rigoroso treinamento dos profissionais que prestam serviço nessas unidades. Esse treinamento incluirá também a qualificação para um tratamento não capacitista<sup>12</sup>, visto que muitas vítimas de violência são mulheres com deficiência, além de acessibilização de abrigos para mulheres em situação de violência, com instalações adequadas e profissionais capacitadas a oferecer atendimento não capacitista.

O governo implantará medidas que garantam equiparação salarial entre trabalhadoras mulheres e homens.

O governo implementará políticas públicas que possibilitem a emancipação da mulher dos trabalhos domésticos, com programas de atendimentos às crianças e adolescentes de forma que as mães possam trabalhar e estudar, creches, refeitórios e lavanderias públicas.

O governo implementará serviços de apoio à mãe trabalhadora, tais como salas de apoio à amamentação nos lugares de trabalho, nas universidades, escolas, etc. O governo

---

<sup>12</sup> Capacitismo é a discriminação a uma pessoa por ela ter algum tipo de deficiência.

implantarão tais salas de apoio em todo o serviço público e estatais estaduais e incentivará a adoção desta prática pelos municípios e pela iniciativa privada.

Serão instituídas medidas com vistas a ampliação da rede de atendimento e acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica. Em colaboração com as prefeituras, o governo implantará política de abrigamento de curto, médio e longo prazo para mulheres e idosos vítimas de violência e para mulheres em situação de rua, em articulação com a implantação de políticas públicas intersetoriais de saúde, atenção psicossocial, emprego, renda e moradia para as mulheres em vulnerabilidade econômica e social.

O governo instituirá medidas de combate ao machismo e a violência contra a mulher, com a produção de ações educativas públicas permanentes aplicadas pelos conselhos populares em cada município, distrito ou bairro. A guarda civil desmilitarizada que substituirá a PM atuará fortemente na garantia da aplicação da Lei Maria da Penha, em conjunto com o serviço social estadual.

O governo garantirá na rede pública estadual de educação acesso pleno a educação sexual, contraceptivos e planejamento reprodutivo, e trabalhará em parceria com as prefeituras pela garantia desta atuação educativa nas redes municipais. O governo desenvolverá nas escolas estaduais, através da educação sexual, projetos com o objetivo de evitar a gravidez na adolescência e as infecções sexualmente transmissíveis.

O governo implementará política educacional sobre gênero e sexualidade na educação básica, para que jovens, meninas e mulheres – inclusive as com deficiência, mais vulneráveis a sofrer quaisquer tipos de assédio – saibam identificar situações de violência, no intuito de prevenir tais ocorrências.

O governo implementará política de apoio à gestante, com a garantia de realização no sistema público de saúde, em parceria com as prefeituras, do pré-natal e de exames periódicos, orientação nutricional e referente a amamentação, acompanhamento psicológico pré e pós parto, bem como atenção à saúde preventiva da mulher de modo geral, principalmente a prevenção do câncer de mama e colo do útero. O governo atuará firmemente na rede pública de saúde pela drástica redução da mortalidade materna e infantil, apontando como meta zerar em quatro anos a mortalidade infantil e materna na rede pública de saúde.

O governo atuará firmemente na rede pública de saúde pelo fim da violência obstétrica, não cedendo para intervenções conservadoras que atentam pela manutenção de práticas banidas internacionalmente (como ocorreu recentemente no Ministério da

Saúde) e rechaçando toda forma de humilhações e coações a realização de cesária em mulheres que desejam e podem realizar o parto normal.

O governo garantirá na rede pública de saúde o pleno direito de acesso ao aborto nos casos já previstos em lei, gratuito e garantido pelo SUS para mulheres e homens trans, capacitando e ampliando as unidades que oferecem esse serviço. Nacionalmente, os comunistas defendem e lutarão pela legalização do aborto, com garantia de atendimento na rede pública de saúde.

### **13.2 – Direitos Étnico-Raciais**

O governo estadual garantirá a aplicação da Lei 10.639/03, que obriga as escolas de ensino fundamental e médio a ensinarem sobre história e cultura afro-brasileira.

O governo defenderá os territórios de moradia, quilombos e de interesse histórico, contra os ataques da especulação imobiliária, garantindo o reconhecimento jurídico definitivo da titularidade integral de tais territórios. Para isso, o governo comunista do RJ acelerará o processo de titulação de quilombos, com a plena utilização dos dispositivos da Lei Titula Rio.

Será fortalecido o Cedine PIR - Conselho Estadual dos Direitos do Negro e Promoção da Igualdade Racial – com a participação efetiva e com poder decisório das representações do movimento negro.

As religiões de matriz africana terão preservados e garantidos todos os seus direitos de culto. Esta ação se dará tanto a partir da ação direta do Estado quanto também a partir do diálogo inter-religioso com movimentos populares e segmentos religiosos diversos (setores católicos, espíritas, evangélicos, muçulmanos, judaicos, etc).

As populações indígenas do Estado terão reconhecidos e respeitados seus direitos de moradia e de preservação de sua cultura e modo de vida. A cultura indígena será valorizada. As escolas estaduais incluirão em seu currículo o estudo da história e cultura indígena do Estado do RJ. Será integralmente implantado o modelo de saúde pública defendido pelos povos originários enquanto um subsistema do SUS, articulando-se com a SESAI – Subsecretaria Especial de Saúde Indígena – a nível federal e promovendo essa articulação com os municípios.

### **13.3 – Direitos da População LGBT**

A primeira questão que nos deparamos é a falta de dados em relação à população LGBT. O que temos, hoje, é um conjunto de empresas, iniciativas e organizações não governamentais que coletam dados segundo suas próprias metodologias e que são

divulgadas publicamente; a maior parte dessas entidades não tem vínculo direto com o Estado. O governo estadual, em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, promoverá a coleta de dados correta da população LGBT. Nacionalmente, o PCB defende que o Censo do IBGE e demais pesquisas domiciliares daquele órgão incluam a coleta dessas informações.

O governo implantará programa especial de apoio e incentivo ao emprego da população trans, além de programas de incentivos que facilitem o ingresso da população LGBT no mercado formal de trabalho: cotas, vagas especiais, vagas de estágio e outras, tais como a criação de oficinas e cursos técnicos e de formação voltada para essa parcela da classe trabalhadora. Serão implantadas cotas nas universidades estaduais para a população trans.

O governo estadual ampliará a rede de casas e abrigos voltados especificamente para a população LGBT em situação de rua para acolhimento e capacitação profissional, considerando que a população LGBT – em especial a população trans – é costumeiramente expulsa do ambiente familiar ao assumir sua orientação sexual/de gênero. O governo estadual garantirá investimento, equipamento para manutenção e ampliação desses espaços, melhorando as condições das casas de acolhimento já existentes, oferecendo visitas recorrentes de profissionais de saúde, cursos e oficina sobre cidadania, direitos e saúde.

Será plenamente garantido o direito ao uso e reconhecimento do nome social por parte da população trans. O uso de banheiros nas universidades e demais espaços públicos estaduais respeitará a identidade de gênero da população trans.

O governo atuará fortemente no sentido da despatologização das identidades trans e pela redução/eliminação das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a este direito através do SUS. Será promovida a qualificação especializada de profissionais inseridos nestes serviços de atendimento por todo o Estado do RJ, enfrentando também na questão LGBT o atual quadro de concentração de serviços públicos de saúde na capital.

O governo estadual implantará uma linha de cuidado para mulheres lésbicas, bissexuais e homens trans contra a violência obstétrica.

O governo estadual combaterá frontalmente todos e quaisquer métodos pseudocientíficos de conversão sexual e intervenções cirúrgicas indevidas em pessoas intersexo.

Será plenamente garantido o direito ao registro de nascimento com dupla paternidade / dupla maternidade dos filhos biológicos e adotivos de casais homoafetivos.

No serviço público e nas empresas estatais estaduais, o governo implantará a mudança da “licença maternidade” para “licença parental”, com vistas ao afastamento remunerado do trabalho para qualquer responsável legal, com a ampliação do período de afastamento para seis meses para ambas as pessoas com a guarda da criança. O governo estimulará a adoção de tal prática nas empresas privadas e se somará à luta pela implantação de tais medidas por mudança da legislação a nível nacional.

### ***13.4 – Direitos das Pessoas Com Deficiência (PCD)***

Os comunistas repudiam a discriminação a uma pessoa por ela ter algum tipo de deficiência, o chamado capacitismo. Assim como o racismo e o machismo, o capacitismo é estrutural nas sociedades capitalistas, marginalizando, historicamente, as pessoas com deficiência da vida social e política, negando seus direitos à educação, trabalho, lazer e à dignidade humana.

O governo comunista do Estado do RJ garantirá a acessibilidade arquitetônica e comunicacional em escolas, hospitais, centros de lazer e cultura, demais instituições públicas de atendimento à população e nos transportes. Será garantida nessas instituições a presença de profissional intérprete de libras e profissionais capacitados a oferecer atendimento não capacitista.

Nas escolas e universidades estaduais, será garantida a oferta de equipamentos necessários para a permanência de estudantes com deficiência na escola, como tablets, lupas eletrônicas, impressoras braile e mesas de estudo para cadeirantes e demais pessoas com deficiência.

Serão disponibilizados equipamentos de exames e atendimentos médicos, como mamógrafos, macas e camas ginecológicas, acessíveis.

As campanhas direcionadas a mulheres, como as de prevenção ao câncer de mama, entre outras, serão realizadas em formatos acessíveis (com descrição de imagens, audiodescrição, intérprete de libras e linguagem simples).

Será promovida a qualificação de profissionais de trânsito e de trabalhadores das estações de barcas, trens e metrô, para a garantia do auxílio às pessoas com deficiência visual e cadeirantes, oferecendo-lhes segurança e prevenindo o assédio em seus trajetos.

Será implantada uma política pública do cuidado, com garantia, pelo Estado, de profissionais de apoio para acompanhamento diário, no próprio domicílio, de idosos e pessoas com deficiência que necessitem de apoio para realização de higiene pessoal,

alimentação e deslocamento dentro de suas casas, prevenindo também a exposição de idosos e pessoas com deficiência à violência doméstica.

O governo estadual implementará campanhas de divulgação de informação acessível às pessoas com deficiências sobre os tipos de violência e sobre onde e como denunciar violência.